

Hume - *Tratado* - Esquema da seção T 1.4.1, Ceticismo sobre a razão

Silvio Seno Chibeni - 20-5-2008

1. (*Argumento cético principal contra a razão demonstrativa.*) Distinção entre as faculdades cognitivas usadas nas ciências demonstrativas (intuição e demonstração) e sua aplicação; as faculdades são certas; a sua aplicação, falível. Logo, em cada raciocínio é preciso fazer uma checagem. Esta checagem é um tipo argumento de causas e efeitos: a razão é uma causa, a verdade seu efeito. Mas esse efeito nem sempre se obtém, devido à interferência de outras causas, à inconstância de nossos poderes mentais, etc. Assim, após a checagem, ficamos ainda em dúvida. Dessa forma, nunca obtemos certeza sobre nada e o que era a princípio conhecimento degenera em probabilidade.

2. Sabendo disso, os matemáticos (e em geral quem faz demonstrações), desconfiam de seus novos resultados, e procedem a uma checagem, seja reexaminando eles próprios a demonstração, seja pedindo a outros para que o façam. (*Este ponto deveria fornecer a Hume uma solução para o argumento cético precedente: cada checagem bem sucedida diminui a probabilidade de erro. No entanto, ele segue outro caminho: no § 6, assume que as checagens não são sobre a demonstração inicial – caso em que se obteria no fim uma grande segurança – mas umas sobre as outras. Isso conduz, evidentemente, a uma diminuição gradual da certeza, até a “completa ignorância”.*)

3. (*Segundo argumento cético contra a razão demonstrativa: argumento do contínuo.*) Como em demonstrações longas ninguém tem certeza do resultado, não há certeza nem mesmo sobre as mais simples e curtas, pois não existe um limite preciso entre as longas e as curtas. (*Hume considera a alternativa correta de tratar esse assunto, que seria considerar certos os passos individuais, mais simples, que formam a demonstração longa; pelo encadeamento desses passos a certeza nunca se perde. No entanto, curiosamente usa isso como uma redução ao absurdo, fincando pé na afirmação inicial de que as demonstrações longas são sempre incertas.*)

4. Como o conhecimento reduz-se à probabilidade, Hume examina de agora em diante os raciocínios prováveis.

5 e 6. (*Argumento principal contra os raciocínios prováveis.*) Cada inferência provável é incerta; quando é checada, mais incerteza se acumula; se checarmos a checagem, mais na dúvida ficaremos, até que no fim caímos na completa ignorância. (*Ver meu comentário no final do item 2, acima.*)

7. Concluídos os argumentos céticos, Hume passa a analisar a questão à distância. Começa dizendo que nem ele nem ninguém de fato aceita esses argumentos. “A Natureza, por uma necessidade absoluta e incontrolável, nos determina a julgar, como nos faz respirar e sentir”.

8. “Minha intenção, portanto, ao expor tão cuidadosamente os argumentos dessa seita extravagante, é apenas sensibilizar o leitor para a verdade de minha hipótese: que *nossos raciocínios acerca de causas e efeitos derivam unicamente do costume; e que a crença é mais propriamente um ato da parte sensitiva que da parte cogitativa de nossa natureza.*” [...] Se a crença, portanto, fosse um simples ato do pensamento, independente de uma maneira peculiar de concepção ou adição de uma força e vividez, ela necessariamente destruiria a si mesma, terminando sempre em uma total suspensão de juízo. Mas a experiência será suficiente para convencer, a quem quer que pense valer a pena pôr tudo isso à prova, de que, mesmo que não encontre nenhum erro nos argumentos anteriores, continuará a crer, a pensar e a raciocinar como de costume; e, por isso, pode concluir com segurança que seu raciocínio e sua crença são apenas uma sensação ou maneira peculiar de conceber, que meras idéias e reflexões são incapazes de destruir.”

9. Reapresentação do argumento dos §§ 5 e 6. Pergunta como, dado esse argumento, ainda no fim das contas continuamos crendo.

10. Resposta: Ao longo do argumento (nas iteradas checagens), “a ação da mente se torna forçada e pouco natural, e as idéias fracas e obscuras; e embora os princípios do juízo e a contraposição de causas opostas sejam iguais ao que eram no início, sua influência sobre a imaginação, e o vigor que emprestam ao pensamento ou dele retiram, não são de forma alguma os mesmos”. No final do parágrafo, ensaia uma explicação hipotética, no nível fisiológico: “[...] os espíritos animais, tendo sido desviados de seu curso natural, não têm seus movimentos governados pelas mesmas leis, ao menos não no mesmo grau, do que quando fluem por seus canais usuais”.

11. Essa situação da imaginação não é natural; quando a forçamos, por determinação do entendimento, não conseguimos ir longe; logo a Natureza prevalece e não mais podemos manter o ceticismo. Hume compara esse processo ao que ocorre com as paixões, geradas por outro tipo de automatismo da mente. Assim como a crença – que na teoria proposta por Hume, é um sentimento – elas também são destruídas pelos esforços da imaginação.

12. Neste parágrafo final, Hume critica o “modo apressado que alguns usam contra os céticos, de rejeitar de uma só vez todos os seus argumentos, sem submetê-los a uma investigação ou exame. Se os raciocínios céticos são fortes,

dizem eles, isso é uma prova de que a razão pode ter alguma força e autoridade; se são fracos, jamais podem ser suficientes para invalidar todas as conclusões de nosso entendimento.” O que ocorreria, na verdade, se fosse possível ao ceticismo prevalecer, é uma alternância entre o ceticismo e a crença: inicialmente, reinaria a razão; trabalhando sob sua autoridade, o cético a poria abaixo; uma vez destruída, se perderiam também os argumentos céticos (cuja autoridade dela promanava); assim, novamente se abriria espaço para a razão; e o ciclo se faria novamente, indefinidamente. *(A conclusão importante aqui é que “As razões cética e dogmática são da mesma espécie, embora contrárias em suas operações e tendências”. Isso é fundamental na perspectiva Humeana, que procura fugir a esse dilema tratando a crença como algo fora do escopo da razão: “Felizmente, a natureza quebra a força de todos os argumentos céticos a tempo, impedindo-os de exercer qualquer influência considerável sobre o entendimento.”)*